

Bancos alertam que país é quem perde com moratória

Rosental Calmon Alves
Correspondente

WASHINGTON — O principal negociador da dívida brasileira, Sérgio Amaral, ligou anteontem para os banqueiros apressando-se em tranquilizá-los sobre as notícias de que o país estaria suspendendo o pagamento dos juros de janeiro (cerca de US\$ 500 milhões). Os credores ouviram as explicações, que ontem Amaral repetiu para os jornalistas em Brasília, mas alguns ficaram com a palha atrás da orelha, principalmente diante dos rumores sobre o declínio das reservas, e mandaram um recado ao governo: "Os bancos estão mais protegidos do que nunca e o Brasil é que seria o primeiro a sofrer com a reedição da moratória."

No governo dos Estados Unidos prosseguem os estudos e as avaliações sobre as medidas econômicas adotadas pelo governo e o pedido de um empréstimo de até US\$ 5 bilhões para apoiá-las. O porta-voz do Departamento do Tesouro confirmou que essas avaliações estão sendo feitas, mas repetiu que até agora não há nenhum estudo formal para o pedido de ajuda financeira encaminhado na semana passada pelo embaixador Marclio Marques Moreira. Outras fontes do governo voltaram a assegurar que um empréstimo ao Brasil só seria viável depois que o atual programa antiinflacionário mostre resultados concretos e haja a perspectiva da liberação de outros créditos para o Brasil.

Impacto — As notícias do atraso de uma semana (por motivos técnicos) no pagamento dos juros do Brasil tiveram um impacto bastante negativo entre os bancos credores. O vice-presidente de operações internacionais de um banco médio disse que, apesar dos esclarecimentos do governo, não é tão absurdo pensar em moratória brasileira. Seu raciocínio é o de que as relações financeiras do país estão emperradas de tal maneira, que a curto prazo ou os Estados Unidos soltam um empréstimo de emergência ou as reservas brasileiras — que ele acredita altas, ao redor de US\$ 7 bilhões — vão logo cair a nível crítico e o país não terá outra alternativa senão a de suspender o pagamento aos bancos.

Sob a garantia de que seu nome não seria publicado, o banqueiro disse que o clima entre os credores é de grande desilusão com o governo brasileiro. "Depois de cálculos e mais cálculos, do estudo de todos os cenários possíveis, o governo assinou o acordo em setembro. Não se passaram nem cinco meses e o mesmo governo vem agora dizer que não dá para cumprir o *relending*. Isso não é sério", disse ele. "O pior no caso do Brasil é a imprevisibilidade. E essa é a pior coisa no mundo dos negócios."

Um alto executivo de um dos principais bancos de Nova Iorque, que também só concordou em fazer comentários sob a garantia do anonimato, comparou a frus-

tração de seu banco com um exemplo doméstico: "É como você combinar com a esposa que vai jantar fora. Ela faz compras, vai ao cabelereiro, fica prontinha e quando você chega em casa avisa que não quer mais sair, que quer comer qualquer coisa em casa mesmo. Isso não é justo." O banqueiro lembrou que o próprio Mailson estava contente com o acordo e há quatro meses achava que o *relending* era bom para o Brasil.

Suspeita — Uma fonte do comitê coordenador da dívida brasileira, formado pelos 14 principais credores, disse que o telefonema de Sérgio Amaral, anteontem, serviu para tranquilizar sobre os rumores de moratória. O banqueiro novaiorquino já tinha em suas mãos um despacho da agência Reuter com as declarações que Sérgio Amaral fizera, ontem, em Brasília, enfatizando que o governo não acha que a moratória seja a saída. "Foi isso mesmo que ele nos disse pelo telefone", comentou, discordando de outros credores que detectaram um possível jogo duplo no discurso do governo: moratória para o público interno e não-moratória para o público externo. "Depois de seis anos crise da dívida, já estamos acostumados com essas nuances. São coisas perfeitamente normais. Fazem parte do jogo."

O banqueiro novaiorquino, que geralmente fala pelo comitê, disse que não há condição de apressar os desembolsos das duas parcelas restantes de *dinheiro novo*, totalizando US\$ 1,2 bilhão. "Esses desembolsos estão condicionados à concessão de empréstimos de desembolso rápido pelo Banco Mundial e não há possibilidade de mudar essa exigência", disse ele.

Bird — Em Washington, uma missão de alto nível, do governo brasileiro, prosseguiu, ontem, nas negociações com o Banco Mundial. Ante as críticas de funcionários americanos ao empréstimo para o setor elétrico — condição para o desembolso de US\$ 600 milhões pelos bancos comerciais e de US\$ 450 milhões pelo governo do Japão — um dos integrantes da missão comentou: "Nós não estamos aqui para negociar com os Estados Unidos e sim com o Banco Mundial. Trata-se de uma organização multilateral, onde os Estados Unidos têm direito a votar. Mas esperamos que, se o *staff* do banco recomendar o projeto, a diretoria o aprove, mesmo se os Estados Unidos votarem contra."

De qualquer forma, mesmo se as divergências com os técnicos do banco forem superadas nesta semana, na mais otimista hipótese, a diretoria do Bird não poderia votar esse projeto antes do final de fevereiro. Assim, praticamente só resta ao Brasil, como fonte de dinheiro novo, um empréstimo de emergência dos Estados Unidos, ainda que seja apenas no valor do dinheiro que estará prestes a ser desembolsado — US\$ 1,55 bilhão — algo bem inferior aos US\$ 5 bilhões que o Brasil solicitou.

Martino Mariz — 13/6/88



Sérgio Amaral: tranquilizando os bancos credores